



A ideia é proporcionar mais segurança e acabar com o isolamento dos pescadores de alto mar

Investigadores ajudam pescadores a navegar na Net e a usar outras redes

Comunicações
Alexandra João Martins

Em 2014, pescadores de alto mar vão ter acesso gratuito a Internet sem fios e de banda larga, entre a Póvoa de Varzim e Porto

O Inesc Tec e a Associação Porto Digital estão a trabalhar para que, já em 2014, seja possível aceder gratuitamente à Internet de banda larga até cinco milhas náuticas cerca de nove quilómetros da costa com preendida entre o Porto e a Póvoa de Varzim.

O projecto desta unidade do Inesc Porto Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, uma associação privada ligada à Universidade e ao Politécnico do Porto visa disponibilizar aos barcos o acesso à rede wireless gratuita da Associação Porto Digital APD, e foi baptizado Mare-fi.

Está ainda em fase de estudos, mas já dispõe de uma estação-piloto, instalada no Edifício Transparente, na frente marítima do Parque da Cidade, onde são testadas as comunicações sem fios com vários barcos de pesca de sardinha da cooperativa Propeixe, sediada no porto de Matosinhos. Posteriormente, deverá ser possível estender o serviço até às tais cinco milhas náuticas.

Os principais destinatários do Mare-fi são os pescadores de alto mar. Para o presidente da Associação de Pescadores de Matosinhos, José Brandão, o projecto "é uma novidade" a aplaudir. Apesar de não conhecer detalhes, vê com bons olhos o acesso gratuito à Internet em pleno Atlântico. Realça que, assim, os pescadores poderão estar sempre em contacto com quem deixam em terra, tornando-se mais "presentes", e a qualquer hora. "Tudo o que vier melhorar a situação da pesca é bem-vindo."

Outros utilizadores

O coordenador do projecto é Rui Campos, professor na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e investigador do Inesc Tec. Explica que, actualmente, os pescadores só conseguem aceder à Internet via satélite, o que tem "custos inportáveis", ou através da rede dos operadores de telemóveis, cuja cobertura no mar acaba a menos de um quilómetro da costa. E Rui Campos até admite que, um dia, o serviço nem sirva apenas pescadores: "Quem sabe se a rede não poderá ser usada em motas aquáticas ou se os surfistas não vão criar uma caixa própria resistente à água para usufruírem de Internet".

O coordenador do Mare-fi avança com algumas das vantagens do serviço. "Os pescadores vão poder comercializar o peixe mesmo antes

de chegarem a terra e, numa situação de emergência, o contacto com terra é facilitado, mesmo através de videoconferência."

Janus é o nome da tecnologia desenvolvida pelo Inesc Tec que está na base do projecto. A ideia é fazer com que cada barco seja simultaneamente utente e suporte da rede, contribuindo ele próprio para a difusão do sinal, através de caixas repetidoras a bordo.

O Mare-fi aproveita uma série de teses de mestrado e outras investigações realizadas no Inesc Tec, sobretudo as relacionadas com as comunicações entre terra e mar. Uma análise posterior do tráfego náutico revelou que havia ainda muito a explorar neste tipo de comunicações, com potencialidades interessantes a nível técnico, económico e até social.

A colaboração com a ADP, uma associação constituída pela Câmara e Universidade do Porto, a par de várias empresas da região, com vista à promoção da sociedade de informação, permitiu ao Mare-fi utilizar a rede wireless Porto Digital. O vice-presidente da Câmara do Porto e presidente da ADP, Vladimiro Feliz, refere que "esta parceria é mais um passo na criação dos alicerces que gradualmente fazem do Porto um território inteligente". O protocolo de colaboração que viabiliza o Mare-fi é assinado hoje entre o Inesc Tec e a ADP, às 18h30, no âmbito do Fórum do Mar a decorrer na Exponor.

Câmara de Gondomar assume conservação das zonas requalificadas pela Metro do Porto

Autarquias

Executivo municipal também aprovou por unanimidade um perdão de juros a inquilinos com rendas em atraso

A Câmara de Gondomar aprovou ontem uma proposta em que prevê assumir a manutenção e gestão das zonas em que a Metro do Porto executou obras de requalificação, como jardins, passeios ou acessos a infraestruturas urbanísticas. De acordo com a proposta, aprovada por unanimidade pelo executivo municipal, a Metro e a autarquia celebrarão um protocolo "para transferência de obras e equipamentos".

O protocolo estabelece que a Metro "não está vocacionada para a manutenção e gestão das zonas em que executou obras de requalificação urbana", e por isso as transfere para o município. "Todos os custos e encargos decorrentes da gestão e manutenção das parcelas e equipamentos transferidos ficam da exclusiva responsabilidade" da autarquia.

A empresa ficará apenas responsável pela manutenção do canal do metro, parques de estacionamento, sistema de sinalização ferroviária e sinalização e sinalética de encaminhamento daquele meio de transporte público.

Com a assinatura deste protocolo, terminará o impasse sobre quem é, afinal, responsável pela manutenção e gestão de zonas pertencentes à Metro que foram requalificadas no m-

bito da construção da Linha Laranja F, que liga o Estádio do Dragão, no Porto, e Fozes, Gondomar, que foi inaugurada em Janeiro de 2011.

O presidente da autarquia, Valentim Loureiro, confirmou que a Metro do Porto vai fazer o tratamento de toda a zona antes de a transferir, para que seja entregue ao município nas devidas condições.

"Famílias encravadas"

Da reunião de ontem do executivo municipal resultou ainda a aprovação, também por unanimidade, da isenção de juros para todos os inquilinos e ex-arrendatários de habitações municipais com débitos de rendas. Perante a vereação, Valentim Loureiro afirmou que a proposta a votação visava "o perdão de juros das famílias que estão encravadas".

Nesta situação encontram-se 641 inquilinos da autarquia, sendo o valor total de juros em dívida até Abril passado de 289.340 euros.

A proposta aprovada refere que, "não obstante existir por parte dos arrendatários uma vontade explícita na regularização dos débitos, alguns inquilinos têm vindo a acumular dívidas, que se agravam em 50% por via de juros referentes ao atraso do seu pagamento". Justifica ainda a isenção ao considerar que "os arrendatários com débitos de rendas atravessam graves dificuldades económicas e que o valor correspondente aos juros de mora representa esforço acrescido na liquidação da dívida". "O valor total de rendas em dívida nas quatro mil habitações da Câmara é de 578.878 euros", concluiu Valentim Loureiro.

FERNANDO VELUDO/INFACOTOS



Responsabilidade sobre zonas reabilitadas pela Metro é controversa